



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO-SANTENSE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.127.926/0001-61, com sede na Rua Vênus, s/n.º, Alecrim, Vila Velha / ES, CEP.: 29.118-060, torna público a realização do processo de contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar (Higienização de Roupas Hospitalares), para o Hospital Evangélico de Vila Velha e Maternidade Municipal de Cariacica, do tipo Menor Preço.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- I. Data da Publicação: **22/05/2024**.
- II. Data de início do acolhimento das propostas: **às 10:00h do dia 22/05/2024**. (Horário de Brasília)
- III. Data limite para o recebimento das propostas: **às 09:00h do dia 03/06/2024**. (Horário de Brasília)
- IV. Abertura das propostas: **às 09:01h do dia 03/06/2024**. (Horário de Brasília)
- V. Início da seção de disputa: **às 15:00h do dia 04/06/2024**. (Horário de Brasília)
- VI. Endereço eletrônico para envio das propostas: **www.publinexo.com.br/privado/**
- VII. O resultado da contratação será divulgado através do site: **www.publinexo.com.br/privado/**
- VIII. **O envio da proposta para a prestação de serviços neste Termo de Referência importará no aceite total dos termos apresentados neste Termo de Referência e Minuta de Contrato em anexo.**


2. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar (Higienização de Roupas Hospitalares), para o Hospital Evangélico de Vila Velha e Maternidade Municipal de Cariacica, para o Hospital Evangélico de Vila Velha.

A empresa será responsável por todas as etapas desde o recolhimento das roupas no setor área Suja do hospital até o retorno em condições ideais de reuso, sob situações higiênico-sanitárias adequadas, mediante operacionalização e o desenvolvimento de todas as etapas compreendendo: coleta, lavagem, desinfecção, secagem, passagem, armazenamento e retorno para o hospital, nos padrões determinados pela Contratante, proporcionando um enxoval em condições higiênico-sanitárias em conformidade com o Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco, 2009 da ANVISA quanto na RDC 6/2012, Manual da ONA 2022 e demais legislações vigentes relacionadas ao serviço prestado. A contratada deverá possuir lavanderia própria para processamento do enxoval e ser dotada de condições necessárias para suprir as necessidades de desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa processada, de modo a garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e a entrega da roupa por meio de veículos adequados.

As poupas hospitalares/enxoval representam todo e qualquer material de tecido utilizado dentro dos hospitais e que necessitam passar por um processo de lavagem, secagem e passagem para sua reutilização.

A Contratada terá até 05 (cinco) dias corridos, a contar do início da vigência, para assumir a execução do serviço de Higienização do enxoval hospitalar e processamento de roupas de serviços de saúde. Este prazo somente poderá ser prorrogado caso a

	TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 2/2024	Código: CONT.FR.0007	
		Data da Elaboração: 07/10/2019	Revisão: 008 22/02/2024

Instituição tenha condições de fazê-lo e solicite novo prazo para a Contratada.

2.1 ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

A média mensal de enxoval hospitalar processado pelo Hospital Evangélico de Vila Velha e Maternidade Municipal de Cariacica é de 30,000 Kg, somado a 3.500kg de Pano de Chão, totalizando 33.500kg de roupa/ mês. Podendo essa quantidade do Kg sofrer alterações para mais ou para menos.

2.1.1 A Contratada deverá:

- I. Realizar o processamento do enxoval hoteleiro e cirúrgico (se houver), bem como realizar lavagem de pano de chão, uniformes, toalhas de mesa e roupa doméstica para o Hospital Evangélico de Vila Velha e Maternidade Municipal de Cariacica; (se houver roupa doméstica, não poderá entrar na área suja e será contato por peças).
- II. Abranger o processamento das roupas hospitalares por todas as etapas pelas quais as roupas passam, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso;
- III. As etapas a serem realizadas pela CONTRATADA são:
 - i. Recolher o enxoval sujo na Contratante e transporte para a lavanderia externa da Contratada;
 - ii. Receber o enxoval sujo na lavanderia da Contratada;
 - iii. Separar o enxoval sujo;
 - iv. Lavar o enxoval sujo;
 - v. Secagem e calandragem do enxoval limpo;
 - vi. Reparos e reaproveitamento de peças danificadas;
 - vii. Separação e embalagem do enxoval limpo;
 - viii. Transporte do enxoval limpo da lavanderia para o hospital;
 - ix. Entrega do enxoval limpo na rouparia do hospital.
- IV. Realizar a coleta do enxoval sujo e a entrega do enxoval limpo no Hospital Evangélico de Vila Velha;
- V. Cumprir com os comandos legais pertinentes à lavanderia que estão contidos no Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco, 2009 da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na Resolução — RDC nº 06, de 30 de janeiro de 2012, bem como os requisitos do Manual da ONA 2022 e suas atualizações, congregando instrumentos normativos elaborados com a finalidade de atender requisitos:
 - i. Controle das infecções;
 - ii. Recuperação, conforto e segurança do paciente;
 - iii. Facilidade, segurança e conforto da equipe de trabalho;
 - iv. Racionalização de tempo e material;
 - v. Redução dos custos operacionais.
- VI. Cumprir quaisquer novas legislações pertinente aos serviços prestados que sejam publicadas durante a vigência deste contrato.
- VII. Permitir visita técnica da Comissão de Controle de Infecções hospitalares (CCIH) e da Gestão de Hotelaria;



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

- VIII. Receber a auditoria interna da Qualidade e externa da Certificadora ONA, cumprindo os requisitos definidos;
- IX. Dispor de serviço de reparos e costura, para as peças que apresentarem necessidade de consertos devido a furos e rasgos;

2.1.1.1 São obrigações da CONTRATADA:

- I. Higienizar o enxoval com produtos específicos para roupas hospitalares, atendendo a todas as exigências do Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária, ANVISA, Órgãos Ambientais e demais órgãos fiscalizadores;
- II. Manter registro e aprovação nos órgãos competentes (meio ambiente, defesa civil, Prefeitura entre outros);
- III. Apresentar alvará sanitário / licença de funcionamento da Unidade de Processamento de roupas do proponente, emitido (a) pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal competente;
- IV. Semanalmente (e sempre que necessário) enviar relatório de registros de entradas e saídas do enxoval, contendo, por dia, o total de KG lavados de roupas, separadamente;
- V. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- VI. Fornecer mensalmente (e sempre que necessário), relatório de registros de higienização dos carros de transporte;
- VII. Fornecer mensalmente (e sempre que necessário), informações referentes a contagem das peças que estão na lavanderia, para confecção do inventário. O inventário será realizado mensalmente e em dia definido pela contratante, devendo a contratada enviar em até 24 horas o quantitativo de peças que estão na lavanderia referente ao inventário;
- VIII. Disponibilizar blocos de pesagem de roupa suja e conferência das roupas limpas entregues;
- IX. Responder relatório contendo os Registros de Não Conformidades (RNC), evidenciados durante visitas técnicas descrevendo análise de causa raiz dos problemas e elaborar plano de ação eficaz a fim de sanar o problema;
- X. Responder as NC's (não conformidades) emitidas pela contratante em até 5 dias após o recebimento da notificação e evidenciar análise de causa raiz e plano de ação/objetivo com intuito de resolução do problema;
- XI. Informar os eventos não rotineiros que poderão oferecer risco ou danos a contratante;
- XII. Realizar a coleta do enxoval sujo e a entrega do enxoval limpo, conforme especificações que seguem:
 - i. Recolhimento:
 - 1º horário: Segunda-feira a domingo/feriados, às 10:00
 - 2º horário: segunda-feira a domingo/feriados, às 18:00:00h
 - ii. Entrega:
 - Segunda-feira a domingo/feriados, às 10:00h



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

- Tolerância para atrasos: 30 min (coleta e entrega), sendo necessária a comunicação prévia caso o tempo de tolerância seja excedido. Os horários de recolhimento e entrega dos itens de enxoval poderão sofrer alteração caso seja identificada a necessidade e acordado entre ambas as partes.
- Período de adaptação de horário de 60 dias nos horários.

- XIII. Pesar todo o enxoval sujo na presença de um responsável da contratante;
- XIV. Registrar o peso em ROL (2 vias, contendo data, horário e assinatura de ambas as partes), este será utilizado para conferência no dia seguinte quando o enxoval for devolvido;
- XV. Devolver o enxoval em até 24h limpo e passado com a quantidade de cada peça registrada em ROL (2 vias, contendo data, horário e assinatura de ambas as partes). Este ROL será conferido posteriormente após a contagem e havendo quaisquer irregularidades na quantidade de peças, estas deverão ser repostas pela CONTRATADA;
- XVI. O enxoval que for entregue com sujidade, será devolvido para relavagem sem custo adicional;
- XVII. Devolver as peças que apresentarem necessidade de consertos devido a furos e rasgos em até 72h;
- XVIII. Disponibilizar carros gaiola, em quantidade suficiente, para disposição do enxoval recolhido e entregue;
- XIX. Nos casos de extravio de peças, repor no prazo máximo de 30 dias. Se houver a necessidade de mudar o modelo, tecido ou cor, a CONTRATADA deverá fazer uma solicitação com justificativa da necessidade por escrito para avaliação;
- XX. As peças com furos causados por qualquer instrumental cirúrgico deverão ser reparadas com adesivos termo prensa;
- XXI. Substituir as peças quando evidenciado danos comprovados pela contratada;
- XXII. Seguir as especificações descritas abaixo, acerca do acabamento do enxoval:
- As toalhas de banho deverão ser secas em secadora e embaladas com dobra simples;
 - As fronhas e lençóis deverão ser secos em secadora e passados em calandra com dobra simples;
 - As calças e camisas deverão ser dobradas em dobra simples;
 - Os campos cirúrgicos poderão ser entregues sem separação por tamanho;
 - Não será aceita entrega de roupas manchadas com gordura, ferrugem, pisadura, fuligem, sangue, fezes ou outros;
- XXIII. Entregar as peças avulsas, da seguinte forma:
- Lençóis: embalados em sacos plásticos (liso e elástico separadamente) com 35 peças;
 - Fronhas: embalados em sacos plásticos com no máximo 50 peças;
 - Campos/lonas: embalados em sacos plásticos com no máximo 15 peças;
 - Camisas: embalados em sacos plásticos com no máximo 30 peças;
 - Capotes: embalados em sacos plásticos com no máximo 12 peças;
 - Camisolas: embalados em sacos plásticos com no máximo 50 peças;
 - Traçados: embalados em sacos plásticos com no máximo 15 peças;
 - Pano de chão: Embalados em sacos plásticos com no máximo 80 peças;



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

- Uniformes: embalados em sacos plásticos separadamente


- XXIV. Informar e fazer a devolução mensalmente à contratante, a quantidade de instrumentos de perfuro cortantes e outros artigos encaminhados junto com a roupa a ser processada;
- XXV. Promover capacitação para todos os profissionais envolvidos diretamente na prestação de serviços, antes do início do contrato e de forma permanente em conformidade com as atividades desenvolvidas. O conteúdo mínimo das capacitações deve contemplar:
- As etapas do processamento de roupas de serviços de saúde;
 - Segurança e saúde ocupacional;
 - Prevenção e controle de infecção;
 - Uso de produtos saneantes.
 - Periodicidade: a cada nova contratação de colaborador e anual, conforme cronograma preestabelecido e com anotação em registro próprio;
- XXVI. A empresa deverá definir e cumprir programa de manutenção preventiva e acompanhar a manutenção corretiva dos equipamentos, incluindo calibração. Deverá registrar e apresentar quando solicitado os registros e certificados destas informações.
- XXVII. A empresa deverá monitorar a qualidade da água em todas as etapas que envolvem o processamento do enxoval com a apresentação de laudos de avaliação da qualidade da água e validação dos resultados pelo profissional responsável no setor de processamento de roupas.
- XXVIII. A empresa deverá estabelecer formalmente plano de contingência para continuidade das atividades com simulações e treinamentos realizados, incluindo comunicação prévia a todos os envolvidos no processo. Dentre as contingências pontuadas deverá existir ações para situações envolvendo falhas de equipamentos e paralização das atividades, para falta de água e quaisquer outras situações que forem necessárias.

3. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato será por 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de assinatura do instrumento contratual.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Global.

	TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 2/2024	Código: CONT.FR.0007	
		Data da Elaboração: 07/10/2019	Revisão: 008 22/02/2024

4.1 TETO ORÇAMENTÁRIO

ITEM	MÉDIA MENSAL (KG)	VALOR UNITÁ RIO (KG)	VALOR TOTAL
PANOS DE CHÃO	3.500,00	2,76	R\$ 9.660,00
ENXOVAL/UNIFORMES	30.000,00	2,76	R\$ 82.800,00
VALOR TOTAL MENSAL			R\$ 92.460,00

5. DA PARTICIPAÇÃO

As empresas que desejarem participar do Termo de Referência deverão, obrigatoriamente, cadastrar-se gratuitamente na plataforma eletrônica denominada PUBLInexo, através do link a seguir: www.publinexo.com.br/privado/.

5.1 Do Credenciamento na Plataforma

5.1.1 O registro no site, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da proponente e a senha de acesso, deverá ser obtido antes do prazo limite do recebimento das propostas. O cadastro e o acesso à plataforma são gratuitos.

5.1.2 Para participação do Termo de Referência na plataforma PUBLInexo, a proponente deverá utilizar a chave de acesso e senha fornecida através de cadastro no site: www.publinexo.com.br/privado/.

5.1.3 A proponente responderá integralmente por todos os atos praticados no Termo de Referência, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

5.2 Da Proposta

5.2.1 A Proposta de preço deverá ser apresentada por meio eletrônico no endereço www.publinexo.com.br/privado/, em idioma nacional, com a identificação da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, e na qual constará obrigatoriamente:

- I. Nome;
- II. Razão ou Denominação Social;
- III. Endereço completo do proponente;
- IV. Identificação do signatário da proposta, sua função e cargo na empresa no campo Observações no ato do registro das propostas;
- V. CNPJ e Inscrição Estadual da empresa;

5.2.2 Junto com a proposta de preço, o interessado deverá apresentar os documentos alusivos à sua habilitação, nos termos do item 8 deste Termo de Referência, sob pena de eliminação do certame.



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

5.2.3 Caso haja discrepâncias entre o descritivo na plataforma e no Termo de Referência, prevalecerá sempre o descritivo do Termo de Referência;


5.2.4 Deverá constar Preços UNITÁRIOS, de forma clara e incontestável, expresso em moeda nacional, apurada na data de apresentação da proposta, sem inclusão de encargo financeiro ou previsão inflacionária;

- I. Nesses preços deverão ser computadas todas as despesas, impostos e outros que envolvam o Fornecimento objeto deste Termo de Referência;
- II. Todos os preços da Proposta deverão ser apresentados na moeda corrente nacional (Real), utilizando-se até quatro casas decimais para os centavos, precedidos da vírgula que segue a unidade, desprezando-se as frações remanescentes.

5.3 Do Procedimento

5.3.1 O Ato Convocatório será processado e julgado com observância dos seguintes procedimentos:

- I. No dia e horário indicado neste ato Convocatório será aberta a sessão do Termo de Referência, com a abertura automática das propostas e sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória;
- II. A análise das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
 - a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Ato Convocatório; e
 - b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais proponentes.
- III. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- IV. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances.
- V. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e desclassificadas.
- VI. Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as proponentes detentoras de propostas classificadas.
- VII. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio eletrônico e em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de acordo com o critério do responsável pelo presente processo, aplicável inclusive em relação ao primeiro colocado.
- VIII. A etapa de lances será considerada encerrada após o prazo determinado pelo responsável pelo presente processo e após a execução do tempo randômico. O Responsável não terá controle sobre o tempo randômico, ou seja, o sistema se encerrará automaticamente e aleatoriamente sem a intervenção humana.
- IX. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final e ordem crescente de valores. Para essa classificação, será considerado o último preço ofertado, pelo proponente.

	TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 2/2024	Código: CONT.FR.0007	
		Data da Elaboração: 07/10/2019	Revisão: 008 22/02/2024

- X. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo departamento de compras da instituição.

5.4 Da Desconexão do Sistema Eletrônico

5.4.1 À proponente caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão, respondendo pelo ônus decorrente de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

5.4.2 No caso de desconexão do responsável pelo presente processo, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos proponentes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5.3 Quando a desconexão do responsável pelo presente processo persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6. CRITÉRIO ELIMINATÓRIO

- I. Envio da proposta fora do prazo estabelecido nas disposições preliminares do presente termo ou em desacordo com o objeto da contratação.
- II. Ausência do envio de qualquer dos documentos obrigatórios descritos no item 8.

7. CRITÉRIO DE DESEMPATE


- I. Empresa que possuir mais certificados de qualidade e melhor gestão do negócio;
- II. Empresa que estiverem em conformidade com a RDC 06/2012.

8. DA HABILITAÇÃO OBRIGATÓRIA

Para habilitação, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

8.1. Habilitação Jurídica:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- II. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- III. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais ou cooperativas e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva, sendo que deles deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto deste Termo de Referência;
- IV. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de eleição da diretoria em exercício;
- V. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

	TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 2/2024	Código: CONT.FR.0007	
		Data da Elaboração: 07/10/2019	Revisão: 008 22/02/2024

8.2. Qualificação Técnica:

- I. Alvará de funcionamento e demais alvarás obrigatórios em relação ao ramo de atividade desenvolvida. (Exemplos: Alvará de vigilância sanitária e corpo de bombeiro);
- II. Certificado de responsabilidade e regularidade técnica, se houver imposição legal para a atividade desenvolvida;
- III. CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, compatível com o objeto da contratação para qual será contratada.
- IV. Atestado de capacidade técnica atual na área de prestação dos serviços/fornecimento de produtos, conforme anexo I;

8.3. Regularidade fiscal e trabalhista

- I. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- II. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuitamente e eletronicamente junto à justiça trabalhista (TST);
- III. Prova de regularidade perante a Seguridade Social, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - i. CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- IV. Comprovação do vínculo dos profissionais executantes com a empresa prestadora de serviços, conforme ANEXO II;
- V. É requisito para habilitação da empresa capital social compatível com o número de empregados, observando-se parâmetros estabelecido no Art. 4º-B da Lei 13.429, de 31 de março de 2017 ou capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.4 Os documentos devem ser enviados juntamente com a proposta, sob pena de eliminação.


8.5 A qualificação exigida deverá ser mantida vigente durante toda vigência do contrato a ser firmado com a empresa ganhadora.

8.6 Se a empresa estiver desobrigada da apresentação de quaisquer documentos solicitados deverá comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor.

8.7 Caso necessário, o responsável pelo presente processo, poderá solicitar visita técnica à empresa que apresentar melhor proposta e documentação obrigatória de acordo com o Termo de Referência, cabendo ao setor de qualidade do hospital realizar a visita técnica no prazo máximo de 5 dias úteis posterior a data da solicitação de visita requerida, apresentando o resultado da avaliação em até 2 dias úteis após a visita técnica.

9. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

9.1 Será permitido esclarecimento de dúvidas até o terceiro dia útil após a publicação do Termo de Referência, somente através do e-mail: compras.tr@hevv.aebes.org.br. Na solicitação de esclarecimentos, a empresa deverá apresentar sua razão social,

	TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 2/2024	Código: CONT.FR.0007	
		Data da Elaboração: 07/10/2019	Revisão: 008 22/02/2024

número de CNPJ, identificar o nº do Termo de Referência e objeto da contratação, devendo o questionamento ser redigido de forma clara e objetiva.

9.2 A empresa que solicitar esclarecimentos, deverá informar os contatos para retorno, telefone e e-mails.

9.3 As solicitações de esclarecimentos que não atenderem os requisitos dos itens anteriores, não serão respondidos.

9.4 Serão recebidas as impugnações enviadas até às 17h do quinto dia útil anterior à data limite para o recebimento das propostas.

9.5 Não serão conhecidas às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo estabelecido neste Termo de Referência.

9.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame. No entanto, caso o responsável pelo processo julgue pelo acolhimento de eventual impugnação contra o ato convocatório, poderá ser definida e publicada nova data para o envio de propostas.

9.7 Declarado o resultado no site www.publinexo.com.br/privado/, qualquer participante do referido Termo de Referência poderá recorrer do resultado, interpondo o recurso com as razões de pedido e seus fundamentos, até às 17h do terceiro dia útil, após a data de publicação, de forma motivada e com o registro de suas razões.

9.8 A falta de interposição do recurso contendo suas razões de pedido e seus fundamentos por parte dos participantes, na forma e prazo estabelecidos nos itens anteriores, importará decadência desse direito, ficando o responsável pelo presente processo autorizado a homologar o objeto ao participante declarado vencedor.

9.9 Os recursos deverão ser endereçados ao endereço de e-mail compras.tr@hevv.aebes.org.br e dirigidos ao responsável pelo presente processo. O e-mail deverá conter razão social, número do cartão CNPJ, identificar o nº do Termo de Referência e objeto da contratação e as alegações. Caberá ao responsável pelo presente processo receber, examinar e decidir os recursos impetrados contra suas decisões, no prazo de 06 (seis) dias úteis do recebimento do recurso.

9.10 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.11 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o responsável competente adjudicará o objeto e homologará o processo de contratação.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O presente Termo de Referência não importa necessariamente em contratação, podendo a AEBES revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos interessados. A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE – AEBES poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas e divulgação do resultado, bem como corrigir possíveis erros materiais no documento publicado, mediante errata.

10.2 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Termo de Referência será a Comarca de Vitória - ES.



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

10.3 Aquele que deixar de entregar ou de apresentar documentação exigida no Termo de Referência, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal e que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, ficará sujeito a reparação dos danos causados ao Hospital.

10.4 É vedada a participação no mesmo Termo de Referência de pessoas jurídicas que sejam controladoras, controladas, coligadas ou integrantes de um mesmo grupo econômico.



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

**(IMPRESSÃO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
(ANEXO I)**

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **[nome da empresa prestadora de serviços/fornecimento de produtos, em negrito]**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0000-00, estabelecida na Rua, nº....., bairro, na cidade de, Estado de, prestou serviços à **[nome da empresa contratante, em negrito]**, CNPJ nº 00.000.000/0001-00, de **[descrição dos serviços prestados/fornecimento de produtos, especificando o prazo de execução]**.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

[cidade], em XX de XXXX de 202X.

Assinatura do responsável legal

[Razão social da empresa]

CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx

[endereço da empresa, caso não possua papel timbrado]



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

**(IMPRESSÃO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
(ANEXO II)**

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO

Declaramos, para os devidos fins, que os profissionais executantes da prestação de serviço objeto deste Termo de referência são sócios, celetistas ou terceirizados (indicar o vínculo dos profissionais).

[cidade], em XX de XXXX de 202X.

Assinatura do responsável legal
[Razão social da empresa]
CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx
[endereço da empresa, caso não possua papel timbrado]



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

MINUTA DE CONTRATO

(ANEXO III)

CT: 0XX/20XX

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI FAZEM A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA
BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE E (RAZÃO
SOCIAL DA CONTRATADA).**

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE – AEBES, (QUALIFICAÇÃO HEVV)

**CONTRATADA: (RAZÃO SOCIAL, QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA, RESPONSÁVEL LEGAL, QUALIFICAÇÃO DO
RESPONSÁVEL),** ajustam o presente contrato de prestação de serviços, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL

- 1.1 O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de prestação de Lavanderia Hospitalar (Higienização de Roupas Hospitalares), para o Hospital Evangélico de Vila Velha e Maternidade Municipal de Cariacica, para o Hospital Evangélico de Vila Velha. a ser executado nas dependências do Hospital Evangélico de Vila Velha.
- 1.2 Os serviços, objeto deste instrumento, serão realizados pela CONTRATADA, tendo por executores, profissionais plena e legalmente aptos, capacitados e habilitados.
- 1.3 A CONTRATADA declara para todos os fins de direito estar devidamente habilitada, consoante a legislação regulamentar, para a prestação do serviço ora contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 A Contratada deverá:

- I. Realizar o processamento do enxoval hoteleiro e cirúrgico (se houver), bem como realizar lavagem de pano de chão, uniformes, toalhas de mesa e roupa doméstica para o Hospital Evangélico de Vila Velha e Maternidade Municipal de Cariacica; (se houver roupa doméstica, não poderá entrar na área suja e será contato por peças).
- II. Abranger o processamento das roupas hospitalares por todas as etapas pelas quais as roupas passam, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso;



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

- III. As etapas a serem realizadas pela CONTRATADA são:
- x. Recolher o enxoval sujo na Contratante e transporte para a lavanderia externa da Contratada;
 - xi. Receber o enxoval sujo na lavanderia da Contratada;
 - xii. Separar o enxoval sujo;
 - xiii. Lavar o enxoval sujo;
 - xiv. Secagem e calandragem do enxoval limpo;
 - xv. Reparos e reaproveitamento de peças danificadas;
 - xvi. Separação e embalagem do enxoval limpo;
 - xvii. Transporte do enxoval limpo da lavanderia para o hospital;
 - xviii. Entrega do enxoval limpo na rouparia do hospital.
- IV. Realizar a coleta do enxoval sujo e a entrega do enxoval limpo no Hospital Evangélico de Vila Velha;
- V. Cumprir com os comandos legais pertinentes à lavanderia que estão contidos no Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco, 2009 da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na Resolução — RDC nº 06, de 30 de janeiro de 2012, bem como os requisitos do Manual da ONA 2022 e suas atualizações, congregando instrumentos normativos elaborados com a finalidade de atender requisitos:
- vi. Controle das infecções;
 - vii. Recuperação, conforto e segurança do paciente;
 - viii. Facilidade, segurança e conforto da equipe de trabalho;
 - ix. Racionalização de tempo e material;
 - x. Redução dos custos operacionais.
- VI. Cumprir quaisquer novas legislações pertinente aos serviços prestados que sejam publicadas durante a vigência deste contrato.
- VII. Permitir visita técnica da Comissão de Controle de Infecções hospitalares (CCIH) e da Gestão de Hotelaria;
- VIII. Receber a auditoria interna da Qualidade e externa da Certificadora ONA, cumprindo os requisitos definidos;
- IX. Dispor de serviço de reparos e costura, para as peças que apresentarem necessidade de consertos devido a furos e rasgos;

2.1.11 São obrigações da CONTRATADA:

- I. Higienizar o enxoval com produtos específicos para roupas hospitalares, atendendo a todas as exigências do Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária, ANVISA, Órgãos Ambientais e demais órgãos fiscalizadores;
- II. Manter registro e aprovação nos órgãos competentes (meio ambiente, defesa civil, Prefeitura entre outros);
- III. Apresentar alvará sanitário / licença de funcionamento da Unidade de Processamento de roupas do proponente, emitido (a) pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal competente;
- IV. Semanalmente (e sempre que necessário) enviar relatório de registros de entradas e saídas do enxoval, contendo, por dia, o total de KG lavados de roupas, separadamente;



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

- V. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- VI. Fornecer mensalmente (e sempre que necessário), relatório de registros de higienização dos carros de transporte;
- VII. Fornecer mensalmente (e sempre que necessário), informações referentes a contagem das peças que estão na lavanderia, para confecção do inventário. O inventário será realizado mensalmente e em dia definido pela contratante, devendo a contratada enviar em até 24 horas o quantitativo de peças que estão na lavanderia referente ao inventário;
- VIII. Disponibilizar blocos de pesagem de roupa suja e conferência das roupas limpas entregues;
- IX. Responder relatório contendo os Registros de Não Conformidades (RNC), evidenciados durante visitas técnicas descrevendo análise de causa raiz dos problemas e elaborar plano de ação eficaz a fim de sanar o problema;
- X. Responder as NC's (não conformidades) emitidas pela contratante em até 5 dias após o recebimento da notificação e evidenciar análise de causa raiz e plano de ação/objetivo com intuito de resolução do problema;
- XI. Informar os eventos não rotineiros que poderão oferecer risco ou danos a contratante;
- XII. Realizar a coleta do enxoval sujo e a entrega do enxoval limpo, conforme especificações que seguem:
- i. Recolhimento:
- 1º horário: Segunda-feira a domingo/feriados, às 10:00
 - 2º horário: segunda-feira a domingo/feriados, às 18:00:00h
- ii. Entrega:
- Segunda-feira a domingo/feriados, às 10:00h
 - Tolerância para atrasos: 30 min (coleta e entrega), sendo necessária a comunicação prévia caso o tempo de tolerância seja excedido. Os horários de recolhimento e entrega dos itens de enxoval poderão sofrer alteração caso seja identificada a necessidade e acordado entre ambas as partes.
 - Período de adaptação de horário de 60 dias nos horários.
- XIII. Pesar todo o enxoval sujo na presença de um responsável da contratante;
- XIV. Registrar o peso em ROL (2 vias, contendo data, horário e assinatura de ambas as partes), este será utilizado para conferência no dia seguinte quando o enxoval for devolvido;
- XV. Devolver o enxoval em até 24h limpo e passado com a quantidade de cada peça registrada em ROL (2 vias, contendo data, horário e assinatura de ambas as partes). Este ROL será conferido posteriormente após a contagem e havendo quaisquer irregularidades na quantidade de peças, estas deverão ser repostas pela CONTRATADA;
- XVI. O enxoval que for entregue com sujidade, será devolvido para relavagem sem custo adicional;
- XVII. Devolver as peças que apresentarem necessidade de consertos devido a furos e rasgos em até 72h;
- XVIII. Disponibilizar carros gaiola, em quantidade suficiente, para disposição do enxoval recolhido e entregue;



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

- XIX. Nos casos de extravio de peças, repor no prazo máximo de 30 dias. Se houver a necessidade de mudar o modelo, tecido ou cor, a CONTRATADA deverá fazer uma solicitação com justificativa da necessidade por escrito para avaliação;
- XX. As peças com furos causados por qualquer instrumental cirúrgico deverão ser reparadas com adesivos termo prensa;
- XXI. Substituir as peças quando evidenciado danos comprovados pela contratada;
- XXII. Seguir as especificações descritas abaixo, acerca do acabamento do enxoval:
- As toalhas de banho deverão ser secas em secadora e embaladas com dobra simples;
 - As fronhas e lençóis deverão ser secos em secadora e passados em calandra com dobra simples;
 - As calças e camisas deverão ser dobradas em dobra simples;
 - Os campos cirúrgicos poderão ser entregues sem separação por tamanho;
 - Não será aceita entrega de roupas manchadas com gordura, ferrugem, pisadura, fuligem, sangue, fezes ou outros;
- XXIII. Entregar as peças avulsas, da seguinte forma:
- Lençóis: embalados em sacos plásticos (liso e elástico separadamente) com 35 peças;
 - Fronhas: embalados em sacos plásticos com no máximo 50 peças;
 - Campos/lonas: embalados em sacos plásticos com no máximo 15 peças;
 - Camisas: embalados em sacos plásticos com no máximo 30 peças;
 - Capotes: embalados em sacos plásticos com no máximo 12 peças;
 - Camisolas: embalados em sacos plásticos com no máximo 50 peças;
 - Traçados: embalados em sacos plásticos com no máximo 15 peças;
 - Pano de chão: Embalados em sacos plásticos com no máximo 80 peças;
 - Uniformes: embalados em sacos plásticos separadamente
- XXIV. Informar e fazer a devolução mensalmente à contratante, a quantidade de instrumentos de perfuro cortantes e outros artigos encaminhados junto com a roupa a ser processada;
- XXV. Promover capacitação para todos os profissionais envolvidos diretamente na prestação de serviços, antes do início do contrato e de forma permanente em conformidade com as atividades desenvolvidas. O conteúdo mínimo das capacitações deve contemplar:
- i. As etapas do processamento de roupas de serviços de saúde;
 - ii. Segurança e saúde ocupacional;
 - iii. Prevenção e controle de infecção;
 - iv. Uso de produtos saneantes.
 - v. Periodicidade: a cada nova contratação de colaborador e anual, conforme cronograma preestabelecido e com anotação em registro próprio;
- XXVI. A empresa deverá definir e cumprir programa de manutenção preventiva e acompanhar a manutenção corretiva dos equipamentos, incluindo calibração. Deverá registrar e apresentar quando solicitado os registros e certificados destas informações.



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

- XXVII. A empresa deverá monitorar a qualidade da água em todas as etapas que envolvem o processamento do enxoval com a apresentação de laudos de avaliação da qualidade da água e validação dos resultados pelo profissional responsável no setor de processamento de roupas.
- XXVIII. A empresa deverá estabelecer formalmente plano de contingência para continuidade das atividades com simulações e treinamentos realizados, incluindo comunicação prévia a todos os envolvidos no processo. Dentre as contingências pontuadas deverá existir ações para situações envolvendo falhas de equipamentos e paralização das atividades, para falta de água e quaisquer outras situações que forem necessárias.
- 2.2** A CONTRATADA executará as atividades com autonomia, cabendo a CONTRATANTE a fiscalização do cumprimento do contrato, de forma assegurar a execução do contrato.
- 2.3** A CONTRATADA se obriga pelo sigilo das informações e nem poderá tornar-se de conhecimento de terceiros, por constituir falta grave e falta de ética dos serviços prestados por parte da CONTRATADA.
- 2.4** Fornecer à CONTRATANTE todas as informações necessárias à plena execução do serviço contratado.
- 2.5** Realizar os serviços conforme preceitua o objeto deste contrato, nos locais e condições que melhor atenderem às necessidades e conveniências da CONTRATANTE.
- 2.6** Requerer a exclusão da CONTRATANTE, individual ou coletivamente, no polo passivo dos eventuais processos judiciais ou administrativos em que a CONTRATADA deu causa, na ocorrência de ação contra a CONTRATANTE, ou qualquer outro ato de natureza administrativa ou judicial, que venha a ser proposto contra a CONTRATANTE, seja a que título for e a que tempo ocorrer, em virtude do presente contrato. A CONTRATADA concorda ainda, desde já, que a CONTRATANTE denuncie à lide ou chame ao processo, se necessário, a CONTRATADA, na forma do artigo 125 do Código de Processo Civil.
- 2.7** Responsabilizar-se por todos os riscos e despesas decorrentes da contratação de funcionários utilizados na execução do presente contrato, bem como se responsabilizando quanto ao comportamento e eficiência deles, devendo a CONTRATADA substituir em 24 (vinte e quatro) horas, o profissional que não atender às necessidades descritas neste contrato e seus respectivos aditivos e anexos e/ou que não atenda aos princípios da ética, bem como das normas vigentes da Instituição, afastando-o de forma imediata de todas as unidades geridas pela AEBES.
- 2.8** Não admitir e nem aliciar qualquer empregado que esteja à disposição da CONTRATANTE ou que integre o seu quadro de pessoal.
- 2.9** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de qualificação, habilitação técnica, jurídica, bem como de regularidade fiscal e trabalhista, exigidas no momento da assinatura deste contrato.
- 2.10** Manter em condições legais as contribuições trabalhistas e previdenciárias do(s) profissional (s) recrutado(s) para executar os serviços objeto deste contrato.
- 2.11** A CONTRATADA se obriga em prestar os serviços, objeto deste contrato, observando prazo, qualidade e zelo dos serviços.



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

2.12 Assumir integralmente a responsabilidade por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de negligência, imprudência ou imperícia na execução dos serviços contratados.

2.13 Cumprir integralmente todas as obrigações relativas à Segurança do Trabalho utilizando dos equipamentos de proteção individual (EPI'S) necessários à execução dos serviços objeto deste contrato, apresentando os documentos, conforme portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho e demais órgãos fiscalizadores.

2.14 Fornecer sempre que forem solicitados, mantendo atualizado junto a CONTRATANTE, os seguintes documentos: cópia do Contrato Social e suas alterações, certidões de regularidade e responsabilidade técnica de conselho regulador, caso tenha, e eventuais alvarás inerentes as atividades prestadas.

2.15 Em caso de descumprimento das obrigações, a CONTRATANTE se reserva no direito de emitir notificação de descumprimento contratual à CONTRATADA, e, em havendo reincidência, caberá imposição de multa, progressivamente até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 Fornecer e permitir acesso a todas as informações pertinentes e necessárias ao bom andamento dos serviços a serem desenvolvidos pela CONTRATADA, assim como quaisquer outras informações que tão somente digam respeito às atividades da CONTRATADA.

3.2 Fiscalizar o presente contrato, cabendo verificar se as obrigações assumidas contratualmente estão sendo cumpridas.

3.3 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA decorrente da prestação de serviços, de acordo com o disposto na cláusula de pagamento deste instrumento.

3.4 Notificar a CONTRATADA em caso de descumprimento das suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO


4.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados, (descrever o valor e forma de pagamento).

4.2 Por ocasião dos pagamentos serão efetuados os descontos legais por tributos que incidam ou venham a incidir sobre a prestação do serviço contratado e efetivamente executado.

4.3 O pagamento será efetuado, mensalmente, em até 15 (quinze dias) dias, posterior ao envio da Nota Fiscal.

- i. O valor da nota fiscal deverá limitar-se à demanda mensal, sendo proibido cobrança foda dessa quantidade atestada nos relatórios de controle.

4.4 É expressamente vedado a qualquer das partes desconto ou cobrança de duplicata através de rede bancária ou de terceiros, bem como a cessão de crédito dos valores objetos deste contrato ou sua dação em garantia.

	TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 2/2024	Código: CONT.FR.0007	
		Data da Elaboração: 07/10/2019	Revisão: 008 22/02/2024

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL

5.1 O prazo de vigência do presente contrato será por 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de assinatura deste instrumento, ressalvando os casos de rescisão previstos na cláusula sexta.

5.2 Qualquer alteração contratual deverá ser feita mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 O presente contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, mediante celebração de “Distrato” ou unilateralmente, por qualquer uma das partes, concedendo-se aviso prévio de 30 (trinta) dias sendo que, nesta hipótese, não será devido qualquer tipo de multa à parte que solicitar a rescisão

6.2 O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido unilateralmente, por qualquer uma das partes, sem concessão de aviso prévio na ocorrência de uma das seguintes situações:

- a) Justo Motivo, decorrente de condutas que levem a quebra de confiança;
- b) Falência, recuperação judicial, e insolvência de qualquer uma das partes.
- c) Descumprimento de qualquer cláusula ou condição estabelecida neste contrato;
- d) Negligência, imprudência, imperícia, incapacidade, dolo ou má-fé por parte da CONTRATADA ou dos profissionais no desempenho dos serviços contratados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LEI ANTICORRUPÇÃO

7.1 A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores. Ainda, se obrigada a CONTRATADA, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (i) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente e (ii) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA OITAVA – DO CÓDIGO DE CONDUTA

8.1 A CONTRATADA se obriga a adotar conduta justa e ética, respeitando as diretrizes estabelecidas no Código de Conduta da CONTRATANTE, disponível no endereço eletrônico <https://www.evangelicovv.com.br/aebes/codigo-conduta>, o qual desde já declara conhecer e estar vinculada.

8.2 A CONTRATADA se compromete, ainda, a treinar seus Colaboradores alocados na execução das atividades deste Contrato, a fim de instruí-los sobre o cumprimento obrigatório das diretrizes contidas no Código de Conduta da CONTRATANTE para a execução do objeto deste instrumento.



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

CLÁUSULA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA RELAÇÃO CONTROLADOR E OPERADOR

9.1 Para fins deste contrato, são considerados:

I. “DADOS PESSOAIS”: qualquer informação relativa a uma pessoa natural (TITULAR DE DADOS) que é capaz de identificá-la de forma direta ou indireta, como por exemplo um nome, número de CPF e RG, endereço residencial, dados de localização, ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, econômica, cultural ou social de uma pessoa.

II. “DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS”: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

III. “TRATAMENTO”: qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

IV. “CONTROLADOR”: parte que determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

V. “OPERADOR”: parte que trata dados pessoais de acordo com as instruções do CONTROLADOR.

VI. “AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS”: Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.


9.2 DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES

Esta cláusula aplica-se ao tratamento de dados pessoais, dentro do âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, pelo OPERADOR em nome do CONTROLADOR.

Para os propósitos deste contrato, as partes supra qualificadas, concordam que a AEBES é o CONTROLADOR dos dados pessoais e a CONTRATADA é o OPERADOR de tais dados, dentro da relação comercial entre as partes.

As PARTES declaram ter conhecimento da Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD") e das demais legislações vigentes sobre Proteção de dados pessoais, e se comprometem a cumprir com todas as obrigações legais e contratuais relacionadas às Operações de Tratamento de Dados Pessoais e à proteção, sigilo e privacidade de Dados Pessoais, adotando as medidas técnicas e administrativas cabíveis visando sua conformidade com a privacidade, exigindo de seus colaboradores; prestadores de serviços e fornecedores o mesmo nível aceitável de segurança da informação e confidencialidade, com base nas melhores práticas de mercado.

9.3 OBRIGAÇÕES DO CONTROLADOR

	TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 2/2024	Código: CONT.FR.0007	
		Data da Elaboração: 07/10/2019	Revisão: 008 22/02/2024

O CONTROLADOR deve:

Implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar e demonstrar que o tratamento é realizado de acordo com a LGPD. Essas medidas devem ser revistas e atualizadas sempre que necessário.

Implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para garantir que, somente os dados pessoais necessários para cada propósito específico sejam tratados. Essa obrigação se aplica à quantidade de dados pessoais coletados, à extensão do tratamento, ao período de armazenamento e à acessibilidade, sempre observando os princípios e fundamentos da LGPD.

Orientar ao OPERADOR, quanto às medidas e limites para o tratamento de dados pessoais, a fim de garantir que o tratamento seja realizado dentro dos padrões técnicos e legais, garantindo a proteção dos dados pessoais tratados pelas partes.

9.4 OBRIGAÇÕES DO OPERADOR

O OPERADOR deve:

Tratar os dados pessoais somente de acordo com as instruções documentadas do CONTROLADOR.

Tratar apenas os dados pessoais e dados pessoais sensíveis estritamente necessárias para atendimento da finalidade/objeto expressamente previsto neste contrato e em observância das regras específicas previstas na Lei nº 13.709/2018 ("LGPD").

É vedado ao OPERADOR a realização de imagens dos pacientes sem seu respectivo consentimento, sob pena de rescisão do presente instrumento contratual, bem como ressarcimento de todo e qualquer eventual prejuízo sofrido pelo CONTROLADOR, incluindo multas, condenações judiciais, honorários advocatícios e demais penalidades pecuniárias previstas pela legislação vigente.

Manter o sigilo absoluto de todas as informações e dados pessoais a que tenham acesso e garantir que as pessoas autorizadas para o tratamento dos dados pessoais estejam comprometidas com a confidencialidade, em razão da função ou estão sob obrigação contratual.

Adotar todas as ações necessárias para implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco aos direitos e liberdades das pessoas.

Respeitar as condições de contratação de terceiros, sendo que o OPERADOR não pode contratar outro OPERADOR (Sub Operador) para processamento de dados sem a prévia autorização do CONTROLADOR.

Em caso de requisição de titulares, fica à cargo do CONTROLADOR responder ao titular de dados pessoais, devendo o OPERADOR (i) se abster de responder diretamente ao titular; (ii) notificar ao CONTROLADOR, imediatamente, caso requisitada; e (iii) cooperar e fornecer todas as informações necessárias para a efetivação dos direitos do titular. Auxiliar o CONTROLADOR a garantir o cumprimento das obrigações relacionadas à segurança do tratamento, Violações de dados pessoais, avaliações de impacto de proteção de dados e plano de resposta a incidentes;



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

Informar o CONTROLADOR imediatamente, a ocorrência de incidente de segurança relativo ao tratamento de dados pessoais que possa acarretar risco ou dano relevante a esses titulares;

Indenizar o CONTROLADOR por quaisquer perdas e danos devidamente apurados e comprovados (incluindo multas, custos ou despesas e desembolsos legais) incorridos pelo OPERADOR em decorrência de qualquer violação de Dados Pessoais, nos termos da LGPD, por ato ou omissão em conexão com a execução deste Contrato.

Excluir ou devolver todos os dados pessoais ao CONTROLADOR após o término da prestação dos serviços relacionados ao tratamento, e excluir as cópias existentes, a menos que a lei aplicável exija o armazenamento destes dados.

Disponibilizar ao CONTROLADOR todas as informações imprescindíveis para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas na LGPD, sempre que necessário.

9.5 VIGÊNCIA DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato continuará em vigor enquanto o OPERADOR estiver tratando dados pessoais em nome do CONTROLADOR e será regido pela LGPD e demais legislações de proteção de dados pessoais e privacidade, bem como as normas aplicáveis ao negócio das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente contrato é documento único que regula os direitos e obrigações entre as partes com relação aos serviços contratados, ficando cancelado qualquer outro acordo porventura existente.

10.2 É vedada a transferência deste contrato para terceiros sem a anuência expressa da CONTRATANTE.

10.3 A CONTRATADA obriga-se a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer alteração que pretenda fazer em seu quadro funcional ou societário que implique substituição de membro(s) da equipe que efetivamente realize a prestadora dos serviços objeto do contrato.

10.4 Caso a CONTRATANTE venha a ser acionada judicialmente em razão de negligência, imprudência, imperícia, incapacidade, dolo ou má-fé, ou ainda, por descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste instrumento, por parte da CONTRATADA, esta, obriga-se a responder regressivamente pelos prejuízos causados.

10.5 A tolerância quanto a eventuais infrações do presente contrato não constituirá novação ou renúncia dos direitos conferidos a ambas as partes e/ou aos seus sucessores.

10.6 A CONTRATADA declara que não realizará nenhum investimento para prestação de serviço, objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA
SERVIÇOS GERAIS OU PROCESSO DE
CONTRATAÇÃO Nº 2/2024**

Código: CONT.FR.0007

Data da
Elaboração:
07/10/2019

Revisão:
008
22/02/2024

11.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Vitória, Estado do Espírito Santo, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, renunciando-se, desde já, a qualquer outro Foro.

As Partes, de comum acordo, concordam que o presente termo será assinado eletronicamente por seus representantes legais juntamente com duas testemunhas, nos termos dos artigos 219 e 220 do Código Civil, e do art. 10, parágrafos 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Neste sentido, as Partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Instrumento e seus termos, para todos os fins de direito.

Vila Velha/ES, XX de XX de 202X.

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE

Rodrigo André Seidel
Presidente

RAZÃO SOCIAL

Nome do responsável legal
Sócio